

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO PARA CONHECIMENTO DAS PARTES E EVENTUAIS INTERESSADOS

O Doutor Daniel Serpentino, Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, faz saber a todos quanto este edital virem ou dele conhecimento tiver e possa interessar, nos termos do art. 882 e seguintes do Código de Processo Civil, que será realizado leilão público pelo portal <http://www.portalbayit.com.br/>.

PROCESSO nº 0037037-52.2023.8.26.0100 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. **EXEQUENTE:** CORVO ADVOGADOS, CNPJ nº 59.491.100/0001-00 **ADVOGADO(S):** WALKER ORLOVICIN CASSIANO TEIXEIRA, OAB/SP nº 174.465 **EXECUTADO(S):** GOLDFARB INCORPORACOES E CONSTRUCOES LTDA, CNPJ nº 58.507.286/0001-86 **ADVOGADO(S):** BRUNO DE SOUZA FERREIRA RAMOS, OAB/SP nº 386.783 **INTERESSADO(S):** CONDOMÍNIO VILLAGIO ALLEGRO, CNPJ nº 10.465.863/0001-98, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CNPJ nº 00.360.305/0001-04 E PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

DATAS: 1ª **PRAÇA** ocorrerá a partir de **06/07/2026 às 14:00h** e se encerrará em **09/07/2026 às 14:00h**. Não havendo lance igual ou superior ao valor de avaliação nos três dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a 2ª **PRAÇA** seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em **09/07/2026 às 14:01h** e se encerrará em **28/07/2026 às 14:00h** O valor mínimo para venda corresponderá a **60% (sessenta por cento)** do valor da avaliação. O sistema estará disponível para recepção de lances com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência do início do leilão (art. 11, da Resolução 236/2016 do CNJ e 887, § 1º do CPC).

DÉBITO DA DEMANDA PROCESSUAL: R\$96.446,07 (noventa e seis mil, quatrocentos e quarenta e seis mil e sete centavos), para novembro de 2024, conforme planilha juntada no Evento 55. A atualização dos débitos vencidos e vincendos compete ao exequente disponibilizar nos autos.

DESCRIÇÃO DOS BENS: 1) O APARTAMENTO número 122, TIPO A, localizado no 12º andar da TORRE 1, integrante do “CONDOMÍNIO VILLAGIO ALLEGRO”, situado na AVENIDA DO RIO PEQUENO, sem número, no 13º Subdistrito Butantã, com a área privativa de 46,1500m², a área de uso comum de 37,4320m², e a área total construída de 83,5820m², correspondendo-lhe a fração ideal de 0,601490% no terreno condominial, cabendo-lhe o direito a 01 vaga para estacionamento de veículo, coberta ou descoberta, localizada no térreo, térreo elevado (sobresolo), e no primeiro ou segundo subsolos do condomínio, em local indeterminado, e sujeita ao uso de manobrista. **LOCALIZAÇÃO:** Avenida Rio Pequeno, nº 120, apartamento nº 122, Tipo A, Torre 1, Condomínio Villagio Allegro, São Paulo/SP, CEP 05379-000. **MATRÍCULA:** 192.953, do 18º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo Capital. **INSCRIÇÃO MUNICIPAL:** 101.007.0476-9. **VALOR DE AVALIAÇÃO:** R\$283.333,33 (duzentos e oitenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), para novembro de 2024. **VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO:** R\$305.812,85 (trezentos e cinco mil, oitocentos e doze reais e oitenta e cinco centavos), para maio de 2026.

2) O APARTAMENTO número 123, TIPO B, localizado no 12º andar da TORRE 1, integrante do “CONDOMÍNIO VILLAGIO ALLEGRO”, situado na AVENIDA DO RIO PEQUENO, sem número, no 13º

Subdistrito Butantã, com a área privativa de 48,2000m², a área de uso comum de 39,0949m², e a área total construída de 87,2949m², correspondendo-lhe a fração ideal de 0,628210% no terreno condominial, cabendo-lhe o direito a 01 vaga para estacionamento de veículo, coberta ou descoberta, localizada no térreo, térreo elevado (sobresolo), e no primeiro ou segundo subsolos do condomínio, em local indeterminado, e sujeita ao uso de manobrista. **LOCALIZAÇÃO:** Avenida Rio Pequeno, nº 120, apartamento nº 123, Tipo B, Torre 1, Condomínio Villagio Allegro, São Paulo/SP, CEP 05379-000. **MATRÍCULA:** 192.954, do 18º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo Capital. **INSCRIÇÃO MUNICIPAL:** 101.007.0477-7. **VALOR DE AVALIAÇÃO:** R\$283.333,33 (duzentos e oitenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), para novembro de 2024. **VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO:** R\$305.812,85 (trezentos e cinco mil, oitocentos e doze reais e oitenta e cinco centavos), para maio de 2026.

ÔNUS: 1) MATRÍCULA 192.953: **Av.06** - Indisponibilidade - Processo nº 00018202220125020012, Juízo Auxiliar de Conciliação em Execução São Paulo Capital; **Av.07** - Indisponibilidade - Processo nº 00009904020125020082, do GAEP; **Av.08** - Indisponibilidade - Processo nº 00011828520115020053 do GAEP; **Av.09** - Indisponibilidade - Processo nº 00021538120115020020, do GAEP; **Av.10** - Indisponibilidade - Processo nº 00003877920145150002, da 1ª Vara do Trabalho de Jundiaí/SP; **Av.11** - Indisponibilidade - Processo nº 50320679020228080024, da 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual Privativa das Execuções Fiscais de Vitória/ES; **Av.12** - Indisponibilidade - Processo nº 50320679020228080024, da 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual Privativa das Execuções Fiscais de Vitória/ES; **Av.13** - Indisponibilidade - Processo nº 10010547120145020467, do GAEP; **Av.14** - Indisponibilidade - Processo nº 00118407820145150032, da 2ª Vara do Trabalho de Campinas/SP; **Av.15** - Indisponibilidade - Processo nº 00013903920125020087, do GAEP; **Av.16** - Indisponibilidade - Processo nº 50163788720248210019, da 1ª Vara Cível de Novo Hamburgo/RS; **Av.17** - Indisponibilidade - Processo nº 00000387620105020035, do GAEP; **Av.18** - Indisponibilidade - Processo nº 03480958120158090051, do Diretor do Foro de Goiânia/GO; **Av.19** - Indisponibilidade - Processo nº 00004420620135240005, da 5ª Vara do Trabalho de Campo Grande/MS; **Av.20** - Penhora - Processo nº 0037037-52.2023.8.26.0100, da 12ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo; **Av.21** - Indisponibilidade - Processo nº 00022364020135020081, do GAEP.

2) MATRÍCULA 192.954: **Av.01** - Hipoteca - Caixa Econômica Federal; **Av.07** - Indisponibilidade - Processo nº 00018202220125020012, Juízo Auxiliar de Conciliação em Execução São Paulo Capital; **Av.08** - Indisponibilidade - Processo nº 00009904020125020082, do GAEP; **Av.09** - Indisponibilidade - Processo nº 00011828520115020053 do GAEP; **Av.10** - Indisponibilidade - Processo nº 00021538120115020020, do GAEP; **Av.11** - Indisponibilidade - Processo nº 00003877920145150002, da 1ª Vara do Trabalho de Jundiaí/SP; **Av.12** - Indisponibilidade - Processo nº 50320679020228080024, da 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual Privativa das Execuções Fiscais de Vitória/ES; **Av.13** - Indisponibilidade - Processo nº 50320679020228080024, da 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual Privativa das Execuções Fiscais de Vitória/ES; **Av.14** - Indisponibilidade - Processo nº 10010547120145020467, do GAEP; **Av.15** - Indisponibilidade - Processo nº 00118407820145150032, da 2ª Vara do Trabalho de Campinas/SP; **Av.16** - Indisponibilidade - Processo nº 00013903920125020087, do GAEP; **Av.17** - Indisponibilidade - Processo nº 50163788720248210019, da 1ª Vara Cível de Novo Hamburgo/RS; **Av.18** - Indisponibilidade -

Processo nº 00000387620105020035, do GAEPP; **Av.19** - Indisponibilidade - Processo nº 03480958120158090051, do Diretor do Foro de Goiânia/GO; **Av.20** - Indisponibilidade - Processo nº 00004420620135240005, da 5ª Vara do Trabalho de Campo Grande/MS; **Av.21** - Penhora - Processo nº 0037037-52.2023.8.26.0100, da 12ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo; **Av.22** - Indisponibilidade - Processo nº 00022364020135020081, do GAEPP.

DOS DÉBITOS INCIDENTES SOBRE O BEM: Em consulta ao site da Prefeitura Municipal de São Paulo existem débitos de IPTU inscritos em dívida ativa no valor de R\$31.407,34 para a inscrição 101.007.0476-9. Quanto à inscrição 101.007.0477-7, não constam débitos em aberto.

MEAÇÃO: Nos termos do art. 843, do Código de Processo Civil, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

DOS DÉBITOS: Os débitos que recaiam sobre o bem, seja de natureza tributária (IPTU/ITR), *propter rem* (condomínio), serão sub-rogados no valor da arrematação, (art. 130, caput e parágrafo único, do CTN, c/c com o art. 908, § 1º, do CPC e art. 1.345 CC).

HIPOTECA E ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA: Tratando-se de imóvel gravado com hipoteca ou alienação fiduciária, com relação à HIPOTECA, esta será extinta com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1499 VI do Código Civil). Com relação à ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, o arrematante se sub-rogará nos direitos do antigo devedor fiduciante em relação ao credor fiduciário e será de sua responsabilidade todas as providências necessárias para regularização do contrato.

CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus, o interessado deverá verificar suas condições antes das datas designadas para o leilão, bem como dúvidas e dívidas pendentes sobre o bem e não descritas neste edital (18º da Resolução 236/2016 - CNJ). Correrão por conta do arrematante todas as providências e despesas necessárias para a transmissão da propriedade dos imóveis, bem como as despesas necessárias para a desocupação dos imóveis e a efetiva imissão na posse.

CONDIÇÕES DE VENDA: O leilão eletrônico será conduzido pelo Leiloeiro Oficial **AMANDA PRISCILA PENA CREPALDI - JUCESP 1001**, através do portalbayit.com.br.

Os interessados em ofertar lances deverão se cadastrar previamente pelo site do Leilão Judicial Eletrônico, com no mínimo 24hs (vinte e quatro horas) de antecedência da data designada para início do leilão, aceitar os termos e condições informados e enviar os seguintes documentos: **I** – Pessoa Física: RG ou outro documento oficial com foto, CPF/ME, comprovante de endereço e certidão de casamento, se casado for; **II** – Pessoa Jurídica: Contrato Social com as últimas alterações, comprovante de endereço, documentos pessoais do sócio (RG ou outro documento oficial com foto e

CPF/ME) ou procuração do representante. Os cadastros ficam sujeitos à conferência de identidade em banco de dados oficiais.

O sistema estará disponível para recepção de lances com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da data marcada para o 1º leilão (art. 11, da Resolução 236/2016 do CNJ e art. 887, § 1º do CPC). Não havendo lances no 1º leilão, seguir-se-á, sem interrupção, o 2º leilão que ficará aberto para recebimento de lances, durante o período mínimo de 20 dias posteriores à data de sua abertura.

Caso sejam ofertados lances nos 3 (três) minutos finais dos leilões, o sistema prorrogará a disputa por mais 3 (três) minutos para que todos os participantes tenham a oportunidade de enviar novos lances (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não serão admitidos lances remetidos via e-mail (Art. 15 do Prov. CSM n. 1625/2009).

Com a comprovação efetiva do pagamento integral do valor da arrematação e da comissão do Leiloeiro será lavrado o auto de arrematação para expedição da carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse (art. 901, §1º do Código de Processo Civil).

Não sendo efetuado o depósito da oferta, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo, informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exhibir o preço, mas, se o valor do bem exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (art. 892, §1º, do Código de Processo Civil).

PROPOSTA CONDICIONAL: Fica autorizada a recepção de propostas condicionais, desde que não seja por preço considerado vil, durante a realização dos leilões e pelo prazo de até 30 (trinta) dias após a sua finalização.

PAGAMENTO E RECIBO DE ARREMATÇÃO: o pagamento da arrematação poderá ser feito à vista ou parcelado no prazo de 24h:

I - **À VISTA:** através de guia de depósito judicial emitida pelo leiloeiro no dia útil seguinte após o término do leilão. O lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (art. 895, § 7º, do Código de Processo Civil).

II - **PARCELADO:** para pagamento nesta modalidade, a proposta deverá obedecer os termos do artigo 895 do Código de Processo Civil, indicando sinal de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) à vista, em 24h a contar da finalização do leilão; e o saldo remanescente poderá ser parcelado em até 30 (trinta) meses. **GARANTIA:** até a quitação do pagamento, o imóvel arrematado ficará gravado com hipoteca; **INDEXADOR DE CORREÇÃO MONETÁRIA:** o saldo remanescente deverá ser corrigido por

índice monetário.

COMISSÃO DO LEILOEIRO: Fixada em **5% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance, conforme disposto no Provimento CSM 1625/2009, com as alterações dadas pelo Provimento CSM 2319/15. O pagamento será feito através de depósito bancário, no prazo de 24h, e o comprovante deverá ser imediatamente encaminhado pelo endereço eletrônico juridico@portalbayit.com.br. Havendo remição ou acordo, será devido ao Leiloeiro Oficial, o importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação do imóvel, a ser pago pela parte que remiu ou que postulou o acordo. Havendo acordo ou pagamento da dívida, após a realização do leilão e arrematação será devido ao Leiloeiro Oficial, o importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pela parte executada. Em todos os casos o pagamento será feito através de depósito bancário e o comprovante deverá ser imediatamente encaminhado pelo endereço eletrônico juridico@portalbayit.com.br.

VISITAÇÃO: Desde que autorizada a visitação, a mesma deverá ser agendada com o Leiloeiro através do e-mail contato@portalbayit.com.br, ficando autorizado o acompanhamento com oficial de justiça e força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado o Leiloeiro a se fazer acompanhar por chaveiro, para abertura da porta que estiver trancada. Igualmente, ficam autorizados os funcionários do Leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Leiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente, perante este Ofício, onde tramita a presente ação ou pelo endereço eletrônico contato@portalbayit.com.br.

INTIMAÇÕES: Nos termos do Art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil, ficam as partes - **INTERESSADO(S) E QUAISQUER OUTROS INTERESSADOS ACERCA DA REALIZAÇÃO DESTE CERTAME**, ficando intimados do Leilão se não encontrados através do presente edital, suprida assim a exigência contida no parágrafo único do art. 889 do Código de Processo Civil. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem constitui crime (art. 359, do Código de Penal); suscitar vício infundado com o objetivo de ensejar a desistência da arrematação é considerado ato atentatório à dignidade da Justiça (art. 903, §6º, do Código de Processo Civil), passível, em qualquer um dos casos, das penalidades previstas em lei, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) do valor atualizado do bem.

São Paulo, 07 de maio de 2026.

Dr. Daniel Serpentino
Juiz de Direito